



ACÓRDÃO Nº1275/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11321/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: 2019.

5- Responsável: Neumice Reges Pinto (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Ricardo Mendes Lasmar OAB/AM 5933 e Rodrigo Mendes Lasmar OAB/AM 12480.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3378/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, exercício de 2019, de responsabilidade da Sra. **Neumice Reges Pinto**, Presidente da Câmara Municipal, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" 3 e art. 188, § 1º, III, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa a Sra. **Neumice Reges Pinto** no valor de **R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos)**, nos termos do art. 1º, XXVI c/c o art. 54, I, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, III, da resolução n. 04/2002 -TCE/AM, referente a impropriedade constantes no Achado de Auditoria nº 06 (Relatório Conclusivo Nº.2/2022-DICAMI), considerando a grave violação à norma



ACÓRDÃO Nº1275/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

legal na contratação de servidores comissionados com grau de parentesco entre si e entre agentes políticos. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias** para na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”;

10.3. Aplicar Multa a Sra. **Neumice Reges Pinto** no valor de **R\$ 6.827,19 (seis mil, oitocentos e vinte sete reais e dezenove centavos)**, em virtude de ato de gestão antieconômico que resultou injustificado dano ao erário, praticados na gestão do almoxarifado e do patrimônio do órgão, especialmente no tocante ao consumo de derivados de petróleo e utilização de veículo, referente a impropriedade contida no Achado de Auditoria nº 09 (Relatório Conclusivo Nº.2/2022-DICAMI), nos termos do art. 54, III, da Lei Orgânica n. 2.423/1996, c/c com o art. 308, V, do Regimento Interno do TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias** para esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”;

10.4. Recomendar a Câmara Municipal de Novo Aripuanã, para que tome as devidas providências, a serem verificadas pelas próximas comissões de inspeção, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 54, da Lei estadual nº 2.423/1996;

10.4.1 Quanto ao aprimoramento das práticas de controle do almoxarifado do órgão, especialmente no que se refere:

10.4.1.1 Ao Recebimento, que consiste na identificação do material recebido, no confronto do documento fiscal com o pedido, na inspeção qualitativa e quantitativa do material e na aceitação formal do mesmo;

10.4.1.2 À Estocagem, que tem por finalidade a guarda, localização, segurança e preservação do material, evitando-se, assim, a perda, o extravio, o perecimento e a deterioração dos itens adquiridos;

10.4.1.3 E à Distribuição dos materiais, que consiste, basicamente, na entrega ao solicitante, devendo ocorrer, preferencialmente, por meio de requisição, documento oficial contendo a descrição padronizada do material, assinatura identificada do recebedor, quantidade compatível com a necessidade, dentre outras informações importantes;

10.4.2 Quanto ao aprimoramento das práticas de registro e controle do patrimônio do órgão, englobando, preferencialmente, os seguintes



ACÓRDÃO Nº1275/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

eventos:

- 10.4.2.1** Recebimento;
- 10.4.2.2** Descrição do material para fins cadastrais;
- 10.4.2.3** Registro patrimonial ou tombamento;
- 10.4.2.4** Identificação patrimonial;
- 10.4.2.5** Cadastro patrimonial;
- 10.4.2.6** Movimentação dos bens patrimoniais;
- 10.4.2.7** Baixa de bens patrimoniais;
- 10.4.2.8** Alienação;
- 10.4.2.9** Inventário;
- 10.4.2.10** Auditoria dos bens patrimoniais.

10.5. Recomendar à Câmara Municipal de Novo Aripuanã:

- 10.5.1.** Viabilize a organização de seu quadro de pessoal, providenciando a realização de concurso público conforme exigência do art. 37 da CF/88;
- 10.5.2.** Mantenha o portal da transparência atualizado, nos termos das legislações pertinentes;

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento dos valores das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Agosto de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros :Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral